



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13969 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

A DEMOCRACIA PRESENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Simone Fritsche - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Rudnei Joaquim Martins - UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

### A DEMOCRACIA PRESENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta pesquisa <sup>[1]</sup> apresenta o contexto da prática de gestão daqueles que foram eleitos para a coordenação dos esforços de efetivação da democracia no espaço de educação das crianças. Nosso objetivo é compreender os desafios, fragilidades e possibilidades da gestão democrática na Educação Infantil, a partir da perspectiva da diretora eleita <sup>[2]</sup>. Para isso, analisamos os dados gerados nos questionários *online* enviados às unidades educativas da Rede Municipal de Florianópolis, SC. Reafirmamos a premissa da gestão como fator pedagógico relevante que pode ou não propiciar vivências democráticas. Nossas reflexões teóricas partem da digressão em torno do conceito de democracia, almejando a compreensão de suas nuances e reflexos no campo da gestão educacional. Recorremos ainda às produções acadêmicas da área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Educacionais. Gestão Democrática. Educação Infantil. Participação.

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas educacionais para a Infância sofreram importantes mudanças que implicaram em avanços significativos para a Educação Infantil (EI) (KRAMER; BORGES; BARROS, 2014). A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 são os marcos desse processo e, ainda que apresentem limites e condicionantes, balizam a formulação das políticas de democratização e

gestão da educação.

O formato institucional e as atribuições da EI se transformaram significativamente a partir de sua integração aos sistemas municipais de ensino. Desde então, seu caráter compensatório e assistencialista, aos poucos, vai sendo ressignificado, ainda que perdure, e abre-se espaço à manifestação de suas especificidades<sup>[3]</sup> (ROCHA, 1998, 2007a, 2007b). Essa passagem implica ainda na apropriação de modelos de gestão de outras etapas educacionais, incluindo os conceitos e valores da gestão democrática e as suas inerentes dificuldades de efetivação. Origina-se aí, algumas das tensões entre a lógica de organização de outras etapas, que traz consigo a burocratização<sup>[4]</sup>, e as especificidades da EI (CÔCO, 2009).

As produções acadêmicas analisadas evidenciam a necessidade de aprofundamento no tema e apontam a urgência de articulação entre o conhecimento produzido e as práticas de quem atua na gestão da EI (CAMPOS et al., 2012; CORREA, 2015). De modo geral, os trabalhos trazem contribuições relevantes a apreensão dos desafios impostos à efetivação da gestão democrática, o quanto avançamos, os entraves enfrentados e as possibilidades que se descortinam. Outro ponto observado foi o descompasso entre o que está proposto nos documentos sobre a gestão democrática e aquilo que acontece na prática, evidenciando-se que o discurso democrático, expresso na legislação, nem sempre tem garantido práticas e vivências sociais democráticas (TOMÉ, 2014). Além disso, registrou-se a escassez de estudos a respeito do significado da função do diretor, em especial “à luz de sua natureza educativa” (PARO, 2015, p. 21) e, de seu caráter político (SOUZA, 2007).

As discussões sobre a gestão educacional abrangem um amplo espectro de concepções em torno de sua natureza e efetivação. Depreendemos aqui a gestão como um processo político coordenado por meio de um conjunto de ações e de procedimentos político-pedagógicos (SOUZA, 2007). Assim, o diretor desenvolve ações essencialmente políticas, mas também pedagógicas, uma vez que estão imersas em relações de poder que exigem certos posicionamentos. Estamos pautados numa ideia de ação educativa, uma vez que não existe “[...] conhecimento, técnica e tecnologias neutras, pois todas são expressão de formas conscientes ou não de engajamento” (DOURADO, 2013, p. 101).

A gestão da EI baseia-se em princípios democráticos e, assim sendo, deve promover a escolha de seus dirigentes a partir de eleições diretas. No entanto, esse entendimento não é consenso, uma vez que muitos municípios não realizam eleições nessa etapa, o que entrava a ampliação do exercício democrático. Dessa forma, estudar a realidade de uma rede que promove a escolha de suas diretoras pode contribuir com a construção teórica sobre a gestão democrática na EI e à ampliação de práticas democráticas nesse espaço. Diante disso, problematizamos a gestão na EI a partir das falas das diretoras eleitas sobre sua própria prática, buscando conhecer sua ação no contexto da prática de gestão.

A fim de ponderar acerca dos desafios de consolidação da democracia, recorreremos a

uma digressão sobre o tema (WEFFORT, 1992; BOBBIO, 2015; RANCIÈRE, 2011; SANTOS, B. de S., 2002) que culminou nas discussões sobre sua crise atual. Com o entendimento de que a democracia é “[...] um atributo sistêmico dependente da existência de um grau significativo de igualdade socioeconômica e/ou de uma organização social e política geral orientada para a realização dessa igualdade” (CADEMARTORI, 2007, p. 20) logramos uma visão crítica para a identificação de suas contradições, sem desqualificá-la. Assim, cientes dos paradoxos existentes, podemos pensar a democracia positivamente, como um processo, com tentativas e erros, como o exercício dessa contradição (RANCIÈRE, 2011) também no contexto da gestão na EI.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa qualitativa envolveram, além do referencial teórico, os dados do questionário *online*, com perguntas abertas e fechadas, enviado às diretoras eleitas, mandato 2017-2019, atuantes em 2018, em unidades com crianças de até cinco anos, na Rede Municipal de Florianópolis. O critério adotado se deu em função da legitimidade do cargo ocupado, e, ainda, devido às exigências do atendimento dessa faixa etária que tornam mais evidentes a abrangência de ações necessárias à sua gestão e suas especificidades. O município selecionado realiza, desde 1994, o provimento do cargo de direção da EI através de eleições diretas, procedimento que, a princípio, parece favorecer uma cultura de participação nesta etapa (HASCKEL, 2005). No ano da coleta, a rede contava 106 unidades de EI geridas, concomitantemente à Secretaria Municipal de Educação, por diretores, em sua maioria, eleitos <sup>[5]</sup>.

### *Análise e discussão*

Um diretor, que tem sua ação pautada pelo conceito ideal de gestão democrática, é o coordenador de um processo político cujos atores, adultos e crianças, atuam em igualdade, a fim de promoverem juntos um espaço democrático onde coexiste o exercício do diálogo, a alteridade e o respeito à diversidade de pensamentos e opiniões (SOUZA, 2007). Enquanto uma comunidade educativa, a atuação política dá-se não apenas pelo interesse individual, mas também pela consciência de pertencimento a um coletivo. Tal esforço implica no envolvimento intenso e incansável desses atores e, principalmente, na superação de um modelo burocrático em que as relações autoritárias são naturalizadas e o dirigente é o maior detentor de poder. Com esse pensamento, investigamos a ação das diretoras eleitas.

Partimos do consenso de que, para a maioria dos profissionais, ocupar o cargo de direção representa uma ascensão profissional, além de envolver algumas compensações como melhoria salarial, horários mais flexíveis, reconhecimento e prestígio (PARO, 2015). Porém, as entrevistadas revelam o alargamento dessas motivações ao indicarem também a efetivação de uma gestão democrática. É possível evidenciar que as eleitas demonstram consciência sobre a importância da participação quando afirmam que ela deve ser de todos e acontecer em todos os momentos, ainda que não esteja claro quem são esses atores ou mesmo os espaços e os tempos dessa participação.

A excessiva preocupação com relação as formas burocráticas de participação (Conselho Escolar e Associação de Pais), nos leva a concluir que, no entendimento dessas diretoras, essa participação deve acontecer em momentos específicos e com objetivos determinados *a priori*. Suas falas apontam uma participação burocrática e controlada, que limita os tempos e os espaços de diálogo, denotando a necessidade de maior clareza sobre o tema (FRANZONI, 2015). Esse posicionamento reflete a inexperiência (que todos temos) com relação à vivência da democracia. Demonstra o quanto estamos presos a um modelo que tem servido para legitimar decisões tomadas a despeito dos verdadeiros interesses coletivos. Uma democracia transfigurada em consenso e eliminação de conflito, a partir da burocratização e do esvaziamento da participação, ou da delegação de responsabilidades aos eleitos.

Em meio às exigências e à complexidade do trabalho político-pedagógico, a eleita se vê diante de contradições. Se, por um lado, ela é a escolhida da comunidade; por outro, é também a funcionária pública, representante do Estado, com atribuições bem definidas. É seu papel fazer a interlocução entre essas esferas que, nem sempre, apresentam interesses em comum. Assim, ainda que tenha a intenção de promover uma gestão democrática, muitas vezes seu conhecimento e, principalmente, sua autonomia acabam limitados e insuficientes para driblar os entraves estruturais inerentes as esferas administrativas e políticas, especialmente se ela tiver o apoio da comunidade (PARO, 1996).

Reafirmamos a importância do pleito, aqui entendido como um instrumento para ampliação da democracia que pode e deve ser aprimorado. Ainda que a eleição não defina o tipo de gestão, ela “[...] certamente, interfere no curso desta” (DOURADO, 2013, p. 105). Pelo menos em tese, a pessoa eleita assume um compromisso com seus eleitores, o que gera a possibilidade de uma atuação diferenciada. Assim, mesmo que não signifique a garantia de uma gestão democrática ou um compromisso com a educação de qualidade, a eleição pode representar “[...] uma forma de controle sobre a burocratização da política escolar” (SOUZA, 2007, p. 189).

Diferentes práticas de gestão estão presentes entre as eleitas. Enquanto algumas demonstram preocupação com a participação, outras entendem que seu principal papel é driblar as demandas administrativas. Vimos aflorar também um olhar às especificidades da gestão na EI, com a ratificação da necessidade de promoção de um espaço pleno de vivência da infância como prioridade, onde se deseja garantir o desenvolvimento da autonomia e a efetivação da participação da criança.

### *Considerações*

Percebemos que, assim como a democracia mostra-se um conceito em disputa, a gestão democrática, por seus distintos entendimentos, pode levar a caminhos diversos. Nossas análises apontam à necessidade de ampliação das discussões em torno do significado da democracia na EI que, para nós, se traduz como possibilidade de vivência da participação,

entre adultos e crianças. Almejamos o entendimento da gestão enquanto exercício de construção da democracia e não como “mata-borrão” das formas institucionalizadas, com seus mecanismos burocratizados. Assim, a democracia estaria presente no espaço da EI como um valor a ser vivenciado, cotidianamente na prática, servindo de base às relações, de modo a promover uma outra forma de viver e pensar o coletivo.

## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CADEMARTORI, D. M. L. O diálogo democrático. Curitiba: Juruá, 2007.
- CAMPOS, M. et al. A Gestão da Educação Infantil no Brasil. In: Estudos & Pesquisas Educ. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2012. n. 3.
- CÔCO, V. Gestão na Educação Infantil: os processos de escolha dos dirigentes das instituições. In: Simpósio brasileiro de política e adm. da educação. Vitória: UFES, 2009.
- CORREA, B. A gestão da Educação Infantil em 12 municípios paulistas e algumas relações com sua qualidade. In: 37 Reunião anual da Anped. UFSC, 2015.
- DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: política e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez. 2013.
- FRANZONI, J. R. Gestão democrática e práticas participativas na educação infantil: um estudo de caso numa creche pública municipal. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, 2015.
- HASCKEL, S. Gestão democrática na Educação Infantil: a eleição para diretor de creche. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, 2005.
- KRAMER, Sonia; BORGES, Leonor Pio Borges de; BARROS, Camila. Gestão da Educação Infantil nas políticas municipais. Rev. Bras. Educ. v. 19, n. 56, 2014.
- PARO, V. Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. Campinas: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. Diretor escolar educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.
- RANCIÈRE, J. Ainda se pode falar em democracia? E-book Kindle: Kobo editions, 2011.
- ROCHA, E. A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. Saberes sobre as crianças e a infância: algumas questões para um debate científico. In: Seminário Educar na Infância: Perspectivas Histórico-Sociais. Curitiba: UFPR, 2007a.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da Infância: uma análise de perspectivas interdisciplinares em periódicos educacionais portugueses e brasileiros (1997 – 2004). Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Portugal, 2007b.

SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, A. R. Perfil da Gestão Escolar no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

TOMÉ, M. F. A educação infantil foi para a escola e agora? Introdução ao estudo da gestão escolar na educação infantil. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

WEFFORT, F. Qual democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

---

[1] Aprovada pelo Comitê de Ética da Univali (Parecer Consubstanciado N° 2.654.695, 2018).

[2] Optou-se pelo uso do termo “diretoras” ao se referir aos ocupantes do cargo de direção. Tal escolha se justifica pelo fato de haver apenas um participante do gênero masculino entre os participantes da pesquisa, o que corrobora o contexto de feminização da EI.

[3] A EI tem características próprias que a diferenciam das escolas, com problemáticas específicas que envolvem desde sua origem assistencialista até o corte etário, passando pela sua organização e pela definição de sua finalidade. As pesquisas têm contribuído para delinear uma identidade própria que reflita suas especificidades, como, por exemplo, a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Considerando que essas particularidades geram demandas diferenciadas, inferimos que a gestão dessa etapa tem uma identidade e um campo de conhecimento a serem consolidados.

[4] Importa ressaltar a diferença entre burocratização e burocracia. No séc. XIX, burocracia ganha um sentido mais técnico e menos pejorativo, sendo usado para designar a crescente especialização das funções administrativas, fruto da divisão e hierarquização do trabalho. Nesse processo surge o termo burocratização, derivado do primeiro, mas com uma conotação negativa por estar ligado ao emprego de práticas que não contribuem à efetividade.

[5] A Portaria 261/2016 homologou a eleição direta de 101 dirigentes, sendo 74 deles na EI.